

Educação e práticas agroecológicas: a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco (APAB), Riacho de Santana, Bahia

Antônio Domingos Moreira¹, Arlete Ramos dos Santos²

Resumo

O relato de experiência é fruto da pesquisa de mestrado acadêmico realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O lócus da pesquisa foi a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco (APAB), situada no município de Riacho de Santana, Bahia. Os objetivos da pesquisa se pautaram em analisar as práticas educativas não formais; as organizações e as relações de trabalho na APAB; identificar as práticas coletivas e formativas; observar as vivências/experiências dos sujeitos na associação. O método utilizado foi o materialismo histórico dialético, e os instrumentos de coleta de dados foram questionários e análise documental com os sócios projetistas e as famílias daquela comunidade. Foi constatado, mediante as falas dos sujeitos, que ocorre a construção do saber teórico/prático na perspectiva do trabalho coletivo/cooperativo e também a produção agroecológica no sistema de hortas agroecológicas. Os dados coletados evidenciaram que, no período de pesquisa da dissertação de mestrado, de 2018 e 2019, o associativismo aconteceu nos espaços da APAB, pois os atores incluídos no contexto investigado têm se organizado na perspectiva da implementação de políticas públicas voltadas para o associativismo como alternativa de produção sustentável com um viés agroecológico e de forma solidária.

Palavras-chave

Associativismo. Políticas públicas. Produção agroecológica.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural, Educação do Campo e Cidade (GEPEDCECC), do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação do Campo (GEPEC) e da Rede Latino-americana de Pesquisa em Educação do Campo, Cidade e Movimentos Sociais (RedePECC-MS); professor da rede municipal de educação de Riacho de Santana, Bahia, Brasil. E-mail: tony.dom1987@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; estágio pós-doutoral na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil; coordenadora da Rede Latino-americana de Pesquisa em Educação do Campo, Cidade e Movimentos Sociais (RedePECC-MS). E-mail: arlerp@hotmail.com.

Education and agricultural practices: the Association of Small Rural Producers of Pau Branco (APAB), Riacho de Santana, State of Bahia, Brazil

Antônio Domingos Moreira³, Arlete Ramos dos Santos⁴

Abstract

This experience report resulting from an academic master degree research carried out in the Post-Graduation in Education Program in the Southeastern Bahia State University. The locus of the research was the Association of Small Rural Producers of Pau Branco (APAB), located in the municipality of Riacho de Santana, State of Bahia, Brazil. The research objectives were based on analyzing non-formal educational practices; organizations and labor relations at APAB; to identify collective and training practices; and to observe the experiences of the subjects in the association. The method used was historical dialectical materialism and the data collection instruments were questionnaires and documentary analysis with the design partners and the families of that community. It was verified that the construction of theoretical/practical knowledge occurs from the perspective of collective/cooperative work and also the agroecological production in the system of agroecological gardens. The data collected showed that in the research period, from 2018 to 2019, associativism took place in the APAB spaces, as the actors included in the investigated context have been organizing themselves in the perspective of implementing public policies aimed at associativism as an alternative sustainable production with an agroecological bias and in solidarity.

Keywords

Associativism. Public policies. Agroecological production.

³ Master degree student in Education, State University of Southwest Bahia, State of Bahia, Brazil; member of the Study Group and Research Social Movements, Cultural Diversity, Education in the Countryside and the City (GPEMDECC), the Study Group and Research in Education in the Countryside (GEPEC) and the Latin American Research Network in Education in the Countryside, City and Social Movements (RedePECC-MS); teacher at the municipal education network in Riacho de Santana, State of Bahia, Brazil. E-mail: tony.dom1987@gmail.com.

⁴ PhD in Education, Federal University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; postdoctoral internship at Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", State of São Paulo, Brazil; professor at the State University of Southwest Bahia, State of Bahia, Brazil; coordinator of the Latin American Research Network on Education in the Countryside, the City and Social Movements (RedePECC-MS). E-mail: arlerp@hotmail.com.

Introdução

Este trabalho é um relato de experiência, oriundo de uma pesquisa de mestrado acadêmico realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEd-UESB). O lócus de investigação foi a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco (APAB), que está situada a 15 quilômetros de distância da sede do município de Riacho de Santana, localizado no Território Velho Chico, no estado da Bahia. Compreendemos que o associativismo e o trabalho desenvolvido na APAB, por meio da produção agroecológica com hortas comunitárias, são significantes nos espaços produtivos que agregam múltiplos saberes, convivência e integração entre a comunidade, além de recriar a paisagem, gerando novas funções sociais para o espaço (SANTOS, 2012).

Importante destacar que as associações são sociedades sem fins lucrativos, portanto, são geralmente de natureza assistencial, ou, senão, se dedicam a atividades recreativas, culturais, piás ou religiosas, científicas e beneficentes. Por serem sem fins lucrativos, elas não podem conceder ganhos ou vantagens patrimoniais a seus associados (VEIGA; RECH, 2001, p. 19).

Na análise de Costa, Oliveira e Figueiredo (2013), a expressão associativismo designa a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal). O associativismo é “um instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica” (BERTOLDO, 2015, p. 5).

Desse modo, como um sistema coletivo que vislumbra suas conquistas por meio de políticas públicas, o associativismo ajuda a construir o tecido social e econômico que constitui, a partir da agricultura familiar, um viés agroecológico em sua dimensão socioeconômica, que dá coerência e consistência aos equilíbrios territoriais de um país defasado de direitos sociais.

No primeiro momento, buscamos nos familiarizarmos com o local da pesquisa e com os sujeitos envolvidos nesse processo para ajustar os objetivos e as metas a serem cumpridas em um determinado prazo de tempo. Posteriormente, fizemos visitas à sede da APAB e em algumas casas dos atores envolvidos na pesquisa.

A importância das políticas públicas na APAB

Importante destacar que um dos problemas mais concentrados na APAB foi que nem sempre os sócios projetistas conseguem escoar sua produção de hortaliças em bases agroecológicas, doces e bolos para o mercado externo e as feiras livres, fazendo com que eles vendam seus produtos a preços muito baixos para atravessadores. Com esse problema, os pequenos produtores/agricultores sentiram necessidade de ter uma atividade para complementar a renda, para ajudar no sustento da família. Com isso, veio a ideia de aderir às políticas públicas do estado para entregar a produção de bolos, doces e hortaliças na sede da associação e nos quintais agroecológicos.

Dentre as políticas públicas que foram implantadas na APAB, mencionamos algumas que constatamos no período da pesquisa, como por exemplo: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, sendo, atualmente, regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008. Segundo Veloso (2011), o PAA foi implementado como um programa social que se mostrou como um importante instrumento de apoio à comercialização de parte da produção agropecuária dos agricultores familiares. Esse programa tem sido responsável pela geração de renda, incentivo e apoio aos agricultores que produzem gêneros alimentícios. Além disso, tem fomentado as formas coletivas de organização.

Importante mencionar que o PAA intensificou a posição dos envolvidos quanto a suas territorialidades por meio da comercialização, dando-lhes vantagens diferenciadas. E, dessa forma, passa a ser inegável o fato de que houve uma mudança considerável no campo brasileiro. O mercado institucional garantiu um canal de comercialização alternativo aos atravessadores (intermediários) e incentivou o associativismo e a agroecologia, fomentando, desse modo, formas de poder diferenciadas que repercutem fundamentalmente na produção e na reprodução social dos agricultores familiares. Além disso, pode-se falar não apenas em contribuições materiais, mas também em contribuições subjetivas, principalmente porque estabelece uma nova forma de pensar o papel do Estado em garantir a compra de parte da produção dos agricultores familiares e, concomitantemente, a alimentação de um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, opondo-se, assim, à política creditícia predominante até então (SOUZA, 2018).

Outra política muito importante no espaço da APAB que podemos evidenciar no período da pesquisa foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado

pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. Por meio desse programa, a APAB entregava às várias entidades do município de Riacho de Santana através do convênio que tinha e beneficiava os pequenos agricultores e pessoas envolvidas. O referido programa atende aos alunos de toda a rede pública da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de refeições e de ações de educação alimentar e nutricional.

Diante das políticas públicas na APAB, verificamos que os atores envolvidos nesse processo dinâmico do associativismo – e a partir da economia solidária, voltada para a produção do sistema agroecológico, que promove o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, combinando com a preservação dos recursos naturais com a produção de alimentos em quantidade e variedade – contribui para saúde e qualidade de vida dos moradores da localidade.

Os sistemas produtivos desses pequenos produtores oferecem a potencialidade de uma administração apropriada dos recursos naturais e de resistir e se adaptar aos efeitos derivados da mudança climática. A agricultura familiar na comunidade de Pau Branco não é tudo em matéria de desenvolvimento na comunidade, mas é uma parte muito importante desse processo que esses sujeitos realizam na perspectiva de uma educação popular que preserva a identidade e a cultura do local que estão inseridos.

Aspectos metodológicos

Segundo Andrade (2003), a metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento. Gil (2007, p. 17) define pesquisa como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”.

A pesquisa da qual originou este relato de experiência apresenta a seguinte temática: “A educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco no município de Riacho de Santana, Bahia”. O objetivo central foi investigar se as práticas da educação não formal na APAB naquele município têm fortalecido a emancipação ou a

alienação dos sujeitos do campo no espaço pesquisado. A partir do trabalho de campo foram evidenciadas e discutidas algumas categorias empíricas, a saber: as modalidades educacionais, o associativismo, a agroecologia, o agronegócio, a educação do campo, as políticas públicas, a agricultura familiar, etc.

A coleta de dados da pesquisa constou de análise documental da associação (estatuto e ata) e o questionário com a direção, algumas famílias selecionadas, representantes da sociedade civil e elaborador de projetos.

Para Gil (2006), a pesquisa documental de fontes primárias tem sua validade em documentos ainda não analisados, e que não receberam qualquer tipo de tratamento. De acordo com os documentos analisados, o estatuto e a ata de fundação da associação, os membros da comunidade de Pau Branco reuniram-se em 13 de maio de 1989, na escola da localidade para discutir e fundar a associação. Diante dos fatos, no mesmo dia foi registrada a ata da primeira assembleia geral de fundação e, posteriormente, a eleição para a diretoria e o conselho fiscal da APAB.

Um novo estatuto da APAB está passando por reformulações e adequações, mas por não ter ainda a aprovação da assembleia geral, as análises dos dados partiram do estatuto antigo. De acordo com o documento em análise, a fundação da APAB teve como objetivo, a princípio, atender as necessidades das famílias e possibilitar acesso às políticas públicas para o crescimento e os avanços dos pequenos e médios produtores rurais daquela localidade, considerando a diversidade, experiências e as especificidades de organizações coletivas, e contribuindo para o processo de formação das experiências adquiridas em grupos sociais, as produções agroecológicas, as lutas pelos movimentos sociais e a educação do campo. Nesse sentido, a criação de uma associação facilita o diálogo com entidades públicas para o acesso às políticas públicas.

Outro instrumento utilizado foi o questionário de perguntas abertas, o qual é definido por Gil (2006, p. 128) “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Os questionários foram realizados com dois representantes da sociedade civil, três famílias sócias projetistas – participam dos projetos na APAB –, a direção e o elaborador dos projetos da APAB, para saber como acontecem esses projetos e o que é necessário para melhorar. Nessa lógica, o questionário partiu do princípio de conhecer a realidade dos sujeitos daquele espaço e o potencial que a associação tem dentro da comunidade, o sentido do

processo formativo/coletivo e as ações fundamentais para o crescimento e a inserção de políticas públicas. Também se buscou verificar as relações estabelecidas entre a cultura local de forma solidária, a política e o desenvolvimento local nas esferas públicas.

Nessa perspectiva, ao dialogar com Crúzio (2005) sobre o processo do associativismo, percebe-se que o princípio do controle democrático pelos sócios possibilita-os tratar da autogestão na associação, pois o próprio associado exerce a direção e fiscalização, eliminando a relação entre empregado e empregador.

Resultados da experiência

Discutir sobre a pesquisa de mestrado que ocorreu na APAB pelo PPGEd/UESB, antes de qualquer situação, evidencia a complexidade e os espaços que esse programa tem atribuído no estado da Bahia e em outros estados vizinhos, que está no conceito da área educacional, em nosso país. A UESB assume o desafio de lançar a formação de profissionais num campo extremamente carente de atenção e de atendimento formativo, para educadores que atuam ou tenham interesse em se aproximar dessa modalidade de ensino, pesquisa e extensão.

Mestrado acadêmico na UESB

O Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) – PPGEd tem visado à consolidação da pesquisa e ao avanço da produção científica da área de Educação, pauta a sua proposta curricular em quatro linhas de pesquisa, as quais concentram estudos em torno das políticas, gestão, práticas educacionais, linguagens, conhecimentos escolares e currículo.

Nessa análise do programa, considerando a pesquisa como núcleo central da formação do pós-graduando, o PPGEd tem compreendido a necessidade de seu envolvimento integral em todas as atividades acadêmicas, incentivando-o à contínua reflexão e ao desenvolvimento de atitude crítica em relação ao fenômeno educativo. Para tanto, o Programa busca garantir aos discentes o acesso a um corpo de conhecimentos amplo, substancial e articulado à área de concentração do programa e dos métodos de investigação científica como base para o estudo das questões socioeducacionais.

Dessa forma, o PPGEd espera contribuir com a construção e ampliação de novos conhecimentos na área de Educação, a ressignificação de práticas educativas e a qualificação de políticas educacionais (públicas e institucionais). Ou seja, a educação dos alunos do programa, até então muito discutida e analisada. Nessa direção, o PPGEd pretende ser um

espaço de qualificação e um lugar de formação continuada profissional dos seus discentes, em que a relação teoria-prática terá um espaço de reflexão-ação sobre esta modalidade de ensino.

Experiência com a pesquisa na APAB

O presente relatório expõe a experiência vivida durante o período de 2018 e 2019 da pesquisa de mestrado acadêmico pelo PPGEd/UESB na comunidade de Pau Branco, junto à APAB, que visou compreender a relação e a organização da associação e as famílias associadas e contempladas com as políticas públicas, principalmente, do PAA e o PNAE. Nessa perspectiva, para compreender essa relação de políticas inseridas nos espaços da APAB, foi necessário analisar, durante a pesquisa, os sujeitos e os documentos por meio de um questionário e análise documental, o estatuto que observa o funcionamento da associação, devido à importância de compreender os fatores na atualidade quanto aos movimentos sociais, culturais, formativos, econômicos e toda relação dos sujeitos que estão inseridos naquele espaço.

Nessa análise, percebemos que a APAB visou promover o desenvolvimento das famílias agricultoras da comunidade por meio do fortalecimento socioeconômico, cultural e político, apoiando os direitos dos seus associados, e profissionalizar as atividades produtivas e a comercialização por meio da produção agroecológica e orgânica das feiras livres no município de Riacho de Santana-BA. O princípio da autonomia e independência da APAB possibilita, do ponto de vista de Crúzio (2005), fiscalizar o cumprimento da missão e dos objetivos iniciais da associação, defendendo-a contra possíveis intervenções externas de atravessadores, oportunistas, agiotas.

Ao trazer algumas falas dos sujeitos que responderam aos questionários, ao perguntar a direção além das responsabilidades com seus associados, foi feita a seguinte pergunta: “Quais foram as maiores conquistas que a associação teve nos últimos anos?”. A presidente que atuou em 2018 respondeu:

Podemos observar que nos últimos 5 anos, as maiores conquistas foram: construção da fábrica com parte do recurso federal e outra parte de recurso próprio da instituição; aquisição de trator e implementos agrícolas; vendas para o PNAE, PAA, prefeitura de Riacho de Santana e fomos contemplados nos últimos meses com projetos da Bahia Produtiva pelo governo do estado da Bahia (Presidente da APAB, Gestão 2018).

Já a representante da sociedade civil, que trabalha na Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do estado da Bahia, disse a seguinte mensagem sobre a APAB:

O trabalho com associativismo não se concretiza de forma isolada em si mesmo, é necessário buscar parcerias para construir e desenvolver um plano estratégico de ação com visão de futuro a curto, médio e longo prazo. Na composição do Plano Estratégico da associação faz-se necessário traçar os diferentes aspectos de desenvolvimento da comunidade onde deve incluir o aspecto: sociocultural, religioso, ambiental, econômico. Cada aspecto deve desdobrar em diferentes ações que contemple inclusive o processo formativo dos integrantes, ações ou projetos de geração de renda entre outras que são igualmente importantes para o desenvolvimento integral da Associação, da comunidade e de seus membros. (Funcionária da SDR, 2019).

Quanto ao elaborador de projetos na APAB, na análise dele, os projetos na APAB, conclui o seguinte: “Definir como estratégia empreendedora visão e negócio dentro das ações focadas na sustentabilidade, com base nos princípios da Agroecologia, Economia Solidária e se articulando em redes solidárias de comercialização”. (Elaborador de Projetos, 2019).

Quanto aos documentos que sustentam a APAB (Estatuto e Ata), no ato constitutivo, estarão especificadas, dentre outras informações, os objetivos sociais da associação, ou seja, as finalidades para as quais ela está sendo criada, os procedimentos de admissão de novos associados e a organização dos órgãos deliberativos, como a Assembleia Geral, e dos órgãos executivos e administrativos, como o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal. Serão também descritos os recursos financeiros que manterão as atividades da associação.

O primeiro artigo do Estatuto da Associação traz o seguinte esclarecimento: “Art. 1º Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB é constituída em pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis”. Parte dessas políticas contemplou, majoritariamente, as mulheres na associação com curso de formação e capacitação para melhorar a renda e fortalecer a produção de alimentos agroecológicos nos quintais produtivos e a produção de bolos e doces na cozinha industrial que fica na sede da APAB, a partir das matérias primas que produzem nos quintais agroecológicos, como mandiocas, ovos, goiaba, umbu, manga, hortaliças em geral.

A associação do Pau Branco tem como associados produtores rurais que trabalham com a agricultura familiar e tenham Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtido tanto pela agricultora e agricultor familiar (pessoa física) quanto pelo empreendimento familiar rural como associações ou cooperativas.

Quanto às políticas públicas implementadas pela APAB, é importante salientar que as políticas são de responsabilidade do Estado e se diferem de outras políticas governamentais porque têm por finalidade a garantia da satisfação das necessidades básicas, assim como dos direitos do cidadão. Por outro lado, elas não acontecem sem a efetiva mobilização social no sentido de pressionar o Estado, que tem o compromisso constitucional de garantir tais políticas. Por isso, entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil (BONETI, 2006, p. 74).

Diante de tal contexto, esta experiência foi realizada, por meio de visitas no local, para aplicação dos questionários aos sócios da APAB, para saber como acontecem os processos educativos não formais. Nessa primazia, fez-se necessário estudar como se evidencia a educação não formal na APAB, no município de Riacho de Santana e compreender se os sujeitos que vivem naquele espaço realizam as atividades agrícolas de forma agroecológica e sustentável. A perspectiva é entender a agroecologia como uma nova matriz produtiva para o campo, e que também resgata relações sociais vinculadas à cultura camponesa e ao saber popular, além de confrontar com o modelo hegemônico hoje encontrado no campo, que é o agronegócio.

Portanto, na realização da pesquisa na APAB, lidamos com processos de natureza tanto objetiva quanto subjetiva. Por exemplo, a fabricação de bolos e/ou a produção de hortaliças, antes eram consideradas apenas atividades de mulheres, mas quando foram assumidas também pelos homens, como trabalho gerador de renda, se estabeleceu nas relações produtivas nova divisão do trabalho entre homens e mulheres. Nessa análise do trabalho realizado na APAB voltada para a produção agroecológica, Arruda (2006) conceitua que hortas agroecológicas em espaços comunitários são hortas criadas e geridas por um coletivo de cidadãos e não por outros agentes públicos ou privados. Nesse tipo de atividade, os objetivos não são apenas a produção de alimentos, mas também outras finalidades como educação, regeneração e dinamização dos espaços urbanos, diminuição da pobreza e sustentabilidade.

Essa divisão do trabalho foi provocando mudanças de pensamento nos homens, pois as mulheres são, assim como eles, agentes ativos nas relações de produção. Enfim, pode-se afirmar que o mesmo trabalho assumido igualmente por homens e mulheres numa perspectiva de produção material possibilita mudanças nas relações de gênero sendo, portanto, de natureza subjetiva. Esses trabalhos realizados de forma coletiva e consciente têm sido

fundamentais para elevar a apreensão dos temas geradores trabalhados. A reflexão acerca dos problemas ambientais possibilitou a ampliação do nível de compreensão do que seja sustentabilidade em sua dimensão ambiental, social, cultural, econômica, ética e política (CAPORAL *et al.*, 2006).

Também fomos envolvidos por diversas questões que nos pareceram ir além da temática do objeto e, por isso, compreendemos que, na pesquisa, a realidade foi percebida cada vez mais complexa e não compartimentada, se revelando numa totalidade composta de particularidades organicamente imbricadas. Todas as questões são dependentes e complementares, exigindo do sujeito clareza e delimitação sobre o objeto da pesquisa, busca por mais conhecimentos em diversas áreas.

A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, em um processo que cria uma interligação entre propriedade, trabalho e família (LAMARCHE, 1997, p. 5). Nesse caso, o autor aborda a exploração agrícola com força de trabalho familiar. Isso para os alunos foi significativo, pois perceberam que a agricultura familiar camponesa tem maior aproximação com a agroecologia, entretanto, no próprio município existe agricultura familiar que adota o pacote de insumos externos advindos de agricultura convencional com maiores custos e riscos ambientais e à saúde de produtores e de consumidores.

Considerações finais

Assim, chegamos aos dados concretos da pesquisa realizada na APAB pelo PPGEd/UESB e identificamos a importância do associativismo nesses espaços para os pequenos produtores e agricultores na melhoria da renda e também como formação humana e democrática. A APAB notou que as pessoas mostraram a pertinência de uma exploração mais profunda das relações entre as distintas modalidades de participação associativa, o que pode indicar não apenas o fenômeno dos atores como militantes nesse universo, como também, e sobretudo, revelar seus impactos na atuação como associados, na participação em organizações coletivas com a participação de todos e o empoderamento nas relações sociais.

O direito de políticas públicas depende, sobretudo, da luta de classes pelo controle das ações do Estado. No entanto, o enfrentamento que se dá entre as classes sociais subalternas e a classe dominante é desigual. Essa última exerce maior influência ou controla as instituições do Estado e se beneficia com privilégios e legislação que lhe permite se apropriar de grande parte da riqueza produzida por toda sociedade. As políticas públicas evidenciadas na APAB,

como o PAA e o PNAE são conquistadas e garantidas por meio das organizações dos associados.

Neste relato de experiência, destaca-se o aspecto central da pesquisa, qual seja, a constatação de que os produtores/agricultores da APAB, ao acessar os programas do governo via associativismo, são mais fortalecidos, tendo em vista a coletividade. Os caminhos percorridos pelos associados permitem perceber que a adesão ao associativismo por meio de uma produção de alimentos agroecológicos e sustentável, contribuiu significativamente para ajudar na renda familiar, como também na organização das atividades pelos cursos de capacitação e formação nos espaços da associação na comunidade de Pau Branco. Entretanto, ainda se mostra muito pouco para conter as desigualdades sociais e econômicas.

Referências

ANDRADE, M. M. Pesquisa científica: noções introdutórias. *In: Introdução à metodologia do trabalho científico*: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 121-127.

APAB - Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco. **Estatuto**. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2020/03/ANT%C3%94NIO-DOMINGOS-MOREIRA.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP**: análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BERTOLDO, J. **Associativismo**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/513/2020/08/CARTILHA-ASSOCIATIVISMO.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *In: CONTIN, I. L.; PIES, N.; CECCONELLO, R. (org.). Agricultura familiar: caminhos e transições*. Passo Fundo: IFIBE, 2006. p. 45-80.

COSTA, M. S. C.; OLIVEIRA, A. C. S.; FIGUEIREDO, R. J. L. **Associativismo**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha: Instituto Centro de Ensino Tecnológico, 2013.

CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**: uma alternativa para o desemprego. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SOUZA, J. R. M. A política de aquisição de alimentos na mira do golpe. **Okara: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 664-677, 2018. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em: 26 nov. 2020.

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-graduação em Educação. **Apresentação**. 2020. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/apresentacao/>. Acesso em: 10 set. 2020.

VEIGA, S. M.; RECH, D. **Associações**: como constituir sociedades sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VELOSO, F. **Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP)**: o PRONAF e o PAA. 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

Submetido em 29 de dezembro de 2020.

Aprovado em 17 de março de 2021.